



## APRESENTAÇÃO

CONTRADIÇÕES EM PROBLEMÁTICAS  
DO DESENVOLVIMENTO SOB  
PLANEJAMENTO DO RURAL  
E DO URBANOContradictions in development problems  
under rural and urban planning

<http://doi.org/10.17648/revistaterritorialidades-v1n2-1>

## RESUMO

Este artigo apresenta reflexões que apontam a necessidade de problematizar as construções sociais configuradas como rural e o urbano, inerentes a processos sociais de desenvolvimento enquanto par dialético de contradições que configuram problemáticas do desenvolvimento planejado. Explicita-se a relevância do dossiê *Questões rurais e urbanas na reprodução de desigualdades socioespaciais e ambientais sob intervenção planejada para o Desenvolvimento*, tendo em vista que aquele par dialético é recorrentemente secundarizado em suas dinâmicas relacionais e peculiares no uso das ciências sociais aplicadas ao planejamento urbano e regional. Evidencia-se a imbricação entre desafios postos pela dinâmica da realidade social e o compromisso e responsabilidade dos cientistas em suas práticas sociais de pesquisadores interferentes no processo histórico que atinge de modo desigual os diferentes segmentos populacionais humanos e a natureza não humana. A base analítica dessas reflexões está na diversidade de resultados de pesquisas que compõem este dossiê.

**Palavras-chave:** Construções sociais. Intervenção planejada. Problemáticas socioespaciais. Desigualdades socioambientais.

**Cristina Maria Macêdo de Alencar**

Universidade Católica do Salvador

E-mail: [cristina.alencar@pro.ucesal.br](mailto:cristina.alencar@pro.ucesal.br)

Orcid: [orcid.org/0000-0002-1463-6224](https://orcid.org/0000-0002-1463-6224)

## ABSTRACT

This article presents reflections that point to the need methodological problematization the social constructions configured as rural and urban, inherent to social development processes as a dialectical pair of contradictions that configure problems of planned development. It explains the relevance of the dossier *Rural and urban issues in the reproduction of socio-spatial and environmental inequalities under planned development intervention*, considering that this dialectical pair is repeatedly seconded in its relational and peculiar dynamics in the use of social sciences applied to urban and regional planning. It highlights the imbrication between the challenges posed by the dynamics of social reality and the commitment and responsibility of scientists in their researchers' social practices interfering in the historical process that affects in an unequal way the different human population segments and non-human nature. The analytical basis of these reflections is in the diversity of research results that make up the mentioned dossier.

**Keywords:** Social constructions. Planned intervention. Socio-spatial problems. Socio-environmental inequalities.

## A DINÂMICA SOCIAL DA REALIDADE E O CIENTISTA

Processos de reprodução e transformações sociais compreendidas como desenvolvimento, particularmente sob induções planejadas, constituem o cerne do interesse da área de Planejamento Urbano, Regional e Demografia, sub-área das Ciências Sociais Aplicadas no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É este o contexto reflexivo do dossiê deste número 2 da Revista Territorialidades, trazido a partir dos diálogos científicos realizados no V Seminário Nacional Planejamento e Desenvolvimento – SNPD, ocorrido em parceria com o VI Simpósio Nacional o Rural e Urbano no Brasil – SINARUB. A parceria científica entre esses ambientes acadêmicos pretendeu trazer à tona o rural e o urbano como processos sociais de desenvolvimento, que não ocupam destaque sintagmático no planejamento, mas que constituem unidades de um par dialético de contradições que configuram problemáticas do desenvolvimento planejado para o rural ou para o urbano.

Diante da constatação da existência de dimensões da realidade social que precisam ser visibilizadas nas ciências e no planejamento das transformações da sociedade moderna, a exemplo da mútua interferência entre o rural e o urbano, peço licença para me valer de momentos da reflexão de Celso Furtado, na Revista Brasileira nº 37, da Academia Brasileira de Letras, sobre a Responsabilidade dos Cientistas. Disse ele:

As ciências evoluem graças a agentes que são capazes de atingir e ultrapassar certos limites. Não basta armar-se de instrumentos eficazes. O valor de um cientista resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem. Em muitos casos, cabe-lhe também atuar de forma consistente no plano político, portanto assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico. Não devemos esquecer que a ciência está condicionada pelos valores da sociedade onde é gerada. [...]

Com efeito, o próprio conceito de desenvolvimento já nos obriga a perceber que o homem é um fator de transformação agindo tanto sobre o contexto social e ecológico como sobre si mesmo. Nesse sentido, a reflexão sobre o desenvolvimento traz em si uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica.

É natural que se esperem dos cientistas sociais, e dos economistas em particular, respostas às questões que mais afligem o nosso povo. Mas, como tudo o que é humano tem uma dimensão social, esses problemas não podem ser apreciados fora de um contexto amplo que envolve variáveis políticas, portanto, poder e valores. (FURTADO, 2013, p. 20-22).

Situado nesse contexto reflexivo para falar do desenvolvimento, Furtado (2013) lembra o poder das ingerências internacionais sobre as possibilidades de um país estabelecer política econômica própria. Lembramos a própria noção de desenvolvimento que se insere como categoria hegemônica diretiva de políticas governamentais a partir da liderança estadunidense para recuperação de sua economia, amparada na aliança entre países no pós II Grande Guerra. A sociedade é industrial e a industrialização associada à urbanização ganha foros de processo civilizatório ou, dito de outro modo, de totalidade social globalizante mediante compromissos entre desiguais cuja tendência é a crescente perda de autonomia por um projeto nacional próprio, por parte dos países subalternizados na aliança.

Esta conformação do desenvolvimento em escala global ou de mundialização, se reproduz nas diversas escalas locais ou de formação econômico social, e vamos nos deparar com planejamentos segmentados, fragmentados entre processos sociais da mesma totalidade, como o rural e o urbano, mesmo quando se tenta escapar assumindo o discurso integrador da abordagem territorial. É então que se reelaboram dicotomias como planejamento territorial urbano, ou planejamento territorial rural, ou planejamento territorial da região, numa clara tentativa de ressignificação em que obstáculos epistemológicos inviabilizam rupturas epistemológicas, nos diria Gaston Bachelar (2008 [1934]) em O Novo Espírito Científico.

Retomando ambiência acadêmica donde emerge este dossiê, apoiamo-nos em Roberto Luís de Melo Monte-Mór, quando, em 2013, sistematizou o tema do desenvolvimento no contexto da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Ali o autor elencou a *ideologia do desenvolvimento como herdeira da ideologia do progresso*, citando Celso Furtado; o sentido do desenvolvimento urbano industrial como emergindo da crise do capitalismo de 1930; o conceito de desenvolvimento no pós-guerra derivando o de *sub-desenvolvimento*, iniciado por Raul Prebisch e seguido por muitos; o crescimento sustentado sendo substituído por *desenvolvimento sustentável*. Afirma Monte-Mór que “Do progresso ao desenvolvimento econômico, do desenvolvimento econômico ao crescimento sustentado, de volta ao desenvolvimento socioeconômico e, por fim, ao desenvolvimento sustentável – essa é uma síntese possível da trajetória do conceito de desenvolvimento entre nós”. (MONTE-MÓR, 2013, p. 110). Mas, a crítica aos sentidos do desenvolvimento também ocupou os espaços da ANPUR; crítica à “[...] a hegemonia da cultura ocidental no mundo; os debates sobre a vida cotidiana; a crítica sistemática ao Produto Interno Bruto como medida de emancipação econômica e social; a emergência de novos conceitos, como Felicidade Interna Bruta, Pós-Desenvolvimento [...]” (MONTE-MÓR, 2013, p. 110).

A ANPUR reúne Programas de Pós-graduação da área Planejamento Urbano, Regional e Demografia, certamente, não a sua totalidade. Em artigo apresentado no VI SINARUB / V SNPD por Marcelo e Alencar (2021, no prelo), que tematizaram as relações campo-cidade e rural-urbano em cidades médias como tratadas nos programas de doutorado na área PURD, registra-se que, apenas a partir de 2010, se diversificam as abordagens nos referidos cursos de doutorado, tendo sido constatado que é quando

[...] surgem programas que abordam temas como rural, agronegócios, territorial, social e meio ambiente, desenvolvimento humano, educação, políticas públicas e gestão. Isto significa dizer que o urbano e o regional passam a ser examinados no contexto da totalidade social, mesmo que nem sempre esse perfil acadêmico problematize o caráter homogeneizante e colonizador da urbanização e da industrialização, ainda que o regional seja a escala considerada. [...] (p. 10).

Os autores destacam que o IV SNPD, realizado em conjunto com o III Seminário Território, Territorialidades e Desenvolvimento Regional, pelo PPG da UNOCHAPECÓ, tematizou “Ruralidades – Urbanidades: potencialidades e desafios para o desenvolvimento”, ampliando a diversidade reflexiva sobre o desenvolvimento no âmbito da área PURD por Programas filiados à ANPUR.

## PROBLEMÁTICAS NA TEMÁTICA DO DOSSIÊ

A riqueza da temática que motivou este dossiê sob a cobertura editorial das territorialidades chega à radicalização crítica com a perspectiva descolonizante como recém publicada por Rogério Haesbaert em seu livro Território e Descolonialidade (2021), onde discute multiterritorialidade e descolonialidade na América Latina. Nesta abordagem, os processos sociais não são pautados pelo desenvolvimento e sim pela descolonialidade territorial, “[...] uma demanda da vida de pessoas/grupos reais [...]” (p. 9) ainda assim, com armadilhas....

Voltamos, então, a Furtado (2013, p. 24) para compartilhar a compreensão e a ênfase na

[...] responsabilidade que nos advém coletivamente na construção de um Brasil melhor. Somos uma força transformadora deste mundo. Cabe a nós, intelectuais e cientistas [...], balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras. [...] o domínio avassalador da razão técnica limita cada vez mais o espaço em que atuam os seres humanos. [...] lembrando que a história é um processo aberto e o homem é alimentado por um gênio criativo que sempre nos surpreenderá.

Os artigos aqui apresentados fazem jus à busca de respostas por sentidos do desenvolvimento que deem visibilidade a segmentos e dimensões sociais subalternizados como as mulheres, os refugiados, os sujeitos rurais, os agricultores familiares, as pequenas cidades, a natureza, e a busca de novas expressões do viver.

Os refugiados são o centro do interesse científico das autoras Elisa De Carvalho, Elisa Perelles e Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza no artigo: *Situação de refúgio e ensino superior nas IFES: um passo em direção à integração?* No artigo, as autoras ampliam o conceito de educação e discutem ações afirmativas destinadas à população refugiada no contexto das Instituições de Ensino Superior Federal, reconhecendo que grande parte das ações desenvolvidas pelo programa Política Migratória e Universidade Brasileira (PMUB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) efetivamente visa promover a equidade de acesso e o engajamento participativo, contudo, o empoderamento dos refugiados ainda se constitui em uma lacuna. Trata-se de valorizar a educação como caminho de acolhimento a refugiados na oferta do nível superior de educação.

Os sujeitos rurais, os agricultores familiares e a natureza foram considerados a partir de diferentes pontos de referência. Os agricultores familiares, uma das identidades sociais dos sujeitos rurais, estão representados no cooperativismo apropriado para implementar O PRONAF enquanto política pública social no contexto do cooperativismo de crédito rural e solidário, artigo de Daciane de Oliveira Silva. A autora toma como ponto de partida o fato de que as políticas de crédito rural foram criadas com base em movimentos políticos e reivindicatórios de agricultores familiares, e que o Pronaf e as Cooperativas de Crédito Rurais com Interação Solidária (CCRS) materializam essas políticas. São constatações da pesquisa, que há aumento da participação do cooperativismo de crédito, mas, contraditoriamente, é tímido o crescimento da participação do cooperativismo de crédito solidário como operador do Pronaf, que tende a concentrar crédito em um número limitado de contratos, excluindo os agricultores de menor renda.

A natureza, mesmo inserida em regulações ambientais, particularmente o acesso à água que vitaliza áreas rurais, é submetida à metropolização expandida. Disso tratam, em coautoria, Karina Martins da Cruz, Isa de Oliveira Rocha e Márcio Ricardo Teixeira Moreira, no artigo *Planejamento Territorial do município Santo Amaro da Imperatriz na RM da Grande Florianópolis com a urbanização de áreas rurais e o manancial de águas*. A problemática é instaurada pelo instrumento de planejamento que aponta as diretrizes do desenvolvimento, o Plano Diretor, ao zonear para urbanização as áreas agrícolas da planície aluvial, deslocando-as para as fronteiras com uma Unidade de Conservação. É nesse contexto que o artigo discute as transformações recentes do meio rural, o tipo de urbanização prevista, o manancial de água, as características da população e as atividades econômicas locais, constatando que grupos empresariais buscam manter a sustentação de suas atividades tentando fragilizar os encaminhamentos da legislação municipal. Um processo de urbanização que não corresponde à territorialidade municipal.

Dois outros artigos também explicitam a problemática rural nas transformações socioespaciais. No artigo *Cidades pequenas e conteúdos rurais: o caso de Andaraí (BA)*, os autores Vanessa dos Santos Moreira e Agripino Souza Coelho Neto caracterizam a cidade de Andaraí, identificando os conteúdos rurais existentes no seu espaço urbano e sua inserção na rede urbana da Mesorregião do Centro Sul Baiano na relação com o campo e setor primário, no tempo definido pela natureza, na dependência das principais fontes tributárias estatais e nas formas específicas de sociabilidade. No artigo *Habitação social – conflitos entre o rural e o urbano: o caso do Jardim Nova Esperança no Banhado, em São José dos Campos/SP*, Abraão Lucas Maciel Sakuma, Pedro Ribeiro Moreira Neto e Adriane Aparecida Moreira de Souza constata, na localidade estudada, características rurais e urbanas nem sempre complementares, bastante complexas e geradoras de conflitos entre os moradores do bairro e os que chegam para morar. Os autores buscam alternativas para a permanência dos moradores no espaço, em contraposição ao cenário pelo poder público municipal, de remoção dos moradores e posterior reassentamento na periferia da cidade.



A problemática da integração é discutida também no artigo *Região Metropolitana de Curitiba: desenvolvimento (des)integrado*. Os autores Priscila Perelles, Ivan Carlos Vicentin e Maria Meza abordam o papel das cidades e do planejamento urbano para o desenvolvimento econômico e social e a importância das redes de cidades para impulsioná-lo. Constatam conflitos de regulação e buscam identificar heterogeneidades no desenvolvimento dos municípios do Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba. A constatação é de descompasso entre elaboração do plano de desenvolvimento integrado e o acelerado crescimento da área urbana e das demandas por infraestrutura e serviços públicos, que perpetuam desigualdades socioeconômicas entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

A subalternização da mulher é discutida no artigo *A sub-representação feminina na Câmara Federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade*. As autoras, Beatriz Pereira de Matos e Érica Rios de Carvalho lidam com a problemática regulatória afetando pessoas, no caso, mulheres em cargos de representação da população, especificamente, na Câmara dos Deputados, em que pese ter havido avanços significativos, e legislação que propugna o aumento dessa representação, o que denota a insuficiência da regulação para fomentar mudanças em processos sociais.

Por fim, a busca de transformações significativas conforme abordagem territorial, os autores Lucas Silva Souza, Ana Carolina Soares Ribeiro e Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos integram o dossiê com o artigo *Buen vivir no equador: limites, alcance e contradições*, onde discutem o conceito de *Buen Vivir* no planejamento territorial do Equador, expresso em políticas públicas diretamente interferente na matriz produtiva do país. A análise comparativa entre o *Plan Nacional para el Buen Vivir* (2013-2017) e o *Plan Nacional de Desarrollo* (2017-2021), aponta “diminuição da relevância da transformação da matriz produtiva, e destacam-se os possíveis entraves para a sua realização. Por fim, apresentam-se os limites e contradições observadas do *Buen Vivir* enquanto orientador de políticas públicas para o desenvolvimento territorial do Equador”. Seguramente, este é um tema de fronteira do conhecimento e o planejamento que denota atitude de responsabilidade do cientista, como falara Celso Furtado.

A Revista Territorialidades constitui-se em espaço instigador de reflexões científicas comprometidas com transformações para um mundo melhor, o que requer olhar crítico e revelador de problemáticas que ficam silenciadas pela hegemonia urbano industrial produtora e reprodutora de desigualdades sociais, econômicas e políticas, como denotam os artigos deste número. Desejamos boa leitura!

## REFERÊNCIAS

- FURTADO, Celso. A Responsabilidade dos Cientistas. **Revista Brasileira**, fase 7, ano 9, n. 37, p. 19-24, out./nov. 2003.
- BACHELAR, Gaston. **O Novo Espírito Científico**. Tradução: Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2008. 176 p. Título original: *Le nouvel esprit Scientifique*, 1934.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e Descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. 396 p.
- MARCELO, Valter Luiz dos Santos; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Relações campo-cidade e rural-urbano em cidades médias nos programas de doutorado na área Planejamento Urbano, Regional e Demografia. In: ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de; SILVA, Maina Pirajá; PAIXÃO, Luis Henrique Couto. (org.). **O rural e o urbano em pauta**. Salvador: Editora UCSAL, 2021. (No prelo, s. p.).
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O tema do desenvolvimento no contexto da ANPUR: uma reflexão crítica preliminar. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 1, p. 107-124, maio 2013.

## INFORMAÇÕES DA AUTORA

### **Cristina Maria Macêdo de Alencar**

Professora do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza - DSN.

E-mail: [cristina.alencar@pro.ucsal.br](mailto:cristina.alencar@pro.ucsal.br)

Orcid: [orcid.org/0000-0002-1463-6224](https://orcid.org/0000-0002-1463-6224)

Lattes: [lattes.cnpq.br/3677103158054721](https://lattes.cnpq.br/3677103158054721)

---

Recebido em 21 de abril de 2021.

Aceito em 12 de maio de 2021.